

O Jornal diário dos  
Ancepianos  
**8 de outubro - 12horas**

## MINUTA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA: ANCEP E ABRAPP VÃO OFERECER SUGESTÕES



O Colégio de Coordenadores das Comissões de Contabilidade da Abrapp, no qual a Ancep é representada por seu Presidente Roque Muniz, e que tem como secretário-executivo um conselheiro de nossa Associação, Geraldo de Assis Souza Júnior e do qual participam também outros de nossos diretores, reuniu-se na última sexta-feira (5) com o Diretor de Orientação Técnica e Normas da Previc, Christian Aggensteiner Catunda, e seu Coordenador de Contabilidade, Paulo Macedo, entre outras autoridades da área contábil da autarquia, no intuito de se fazer uma primeira discussão sobre sugestões que pretendemos apresentar com o objetivo de buscar o aprimoramento da minuta colocada em audiência pública da nova Instrução que virá normatizar o plano de contas e os procedimentos contábeis das entidades, de acordo com a Resolução CNPC nº 29/2018.

Após essa primeira reunião, as sugestões – fruto de propostas oferecidas após análise por mais de uma centena de profissionais das seis comissões técnicas regionais de contabilidade – serão levadas, segundo Geraldo de Assis – de maneira agora formal e conjunta pela Abrapp e Ancep ao conhecimento da Previc.

“As seis comissões técnicas regionais ofereceram inúmeras sugestões de aprimoramento do normativo contábil e, por conta disso, o Colégio de Coordenadores das Comissões de Contabilidade agradece muito aos integrantes das CTRs, que se mostraram mais uma vez à altura da missão que lhes foi confiada”, observa Geraldo de Assis.

Na quinta-feira (4), véspera da reunião com a Previc, o Colégio já havia se reunido para fazer uma consolidação das sugestões recebidas das CTRs.

Entre as sugestões que estamos levando está, por exemplo, a de que a abertura das contas de investimento sigam os mesmos padrões da Resolução CMN 4661, para assim facilitar a análise de enquadramento não só pelos contadores mas também pelos profissionais de governança, assim facilitando a transparência. Se aceita essa proposta, explica Geraldo de Assis, a nova redação da minuta voltaria a ter 10 dígitos, no lugar dos 11 que vigoram no texto original da Previc.

“Discute-se também o grupo 9, o das contas gerenciais que a Previc inseriu em sua minuta”, nota Geraldo Assis, que comenta: “No nosso entendimento a contabilidade não se presta ao registro de contas gerenciais e não contábeis”.

Ele completa: “A nossa sugestão está sendo a de que a Previc crie relatórios separados com esse enfoque gerencial, fora dos balancetes mensais”.

Outra questão que estamos levantando diz respeito ao início da vigência do novo plano de contas. Parece ter sido bem recebida a nossa sugestão de começo das novas normas contábeis apenas em janeiro de 2020. Com isso, em 2019 apenas se replicaria o atual plano de contas, acrescido de algumas contas julgadas essenciais, como as relativas ao fundo administrativo compartilhado e ao seguro terceirizado com seguradoras.

### Trabalhador que completar a pontuação da regra 85/95 pode receber até R\$ 278 mil a mais

O trabalhador que decide se aposentar somente após completar a pontuação da regra 85/95 pode receber durante toda a vida até R\$ 144 mil a mais, se for homem, ou até R\$ 278 mil, se mulher, segundo cálculos do consultor atuarial Newton Conde, entrevistado pela FOLHA DE S. PAULO.

O cálculo é sobre a diferença entre a aposentadoria integral e a que é reduzida pelo fator previdenciário, considerando segurados que fizeram 80% dos recolhimentos sobre o teto do INSS e que hoje têm 55 anos (homem) e 52 anos (mulher), que são as idades médias dos trabalhadores que pedem o benefício por tempo de contribuição.

“Os cálculos deixam claro a importância para o trabalhador em usar a regra 85/95 para conseguir a aposentadoria integral”, diz Conde. Aposentar-se com o 85/95 é quase tão importante quanto não pedir o benefício antes de cumprir os requisitos para entrar nessa regra.

## Previc prorroga por mais 180 dias a intervenção no Postalis

Decretada em outubro do ano passado, a Previc prorrogou pela segunda vez e por 180 dias a intervenção no Postalis, informa o SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL.

A intervenção na entidade ocorre pelo descumprimento por parte da fundação das normas relacionadas à contabilização de reservas técnicas e aplicação de recurso.

## PT E BOLSONARO EVITAM DETALHAR PROPOSTAS NA PREVIDÊNCIA

Depois das tentativas fracassadas do governo Michel Temer, a reforma da Previdência deve voltar ao debate em janeiro como uma das prioridades do próximo governo. Entre as duas candidaturas mais bem posicionadas nas pesquisas, apenas a do PT não defende abertamente a necessidade da reforma, apesar de Fernando Haddad já ter indicado a possibilidade de discutir o assunto. Entre economistas, é praticamente unânime a opinião de que essa deve ser a primeira questão enfrentada por quem vencer as eleições, para se reverter a trajetória de crescimento do gasto público, registrava em sua edição de ontem (domingo) o jornal O ESTADO DE S. PAULO.

“Essa é a prioridade zero. O problema fiscal do Brasil tem nome: Previdência”, diz o economista Hélio Zylberstajn, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que elaborou um projeto para a reforma.

Também é unânime entre os economistas que os programas apresentados pelas candidaturas à Presidência são superficiais, dificultando as análises das propostas. “Todos os candidatos mencionam (a necessidade da reforma). Isso já é um avanço. Mas as propostas mais polêmicas são justamente a dos dois candidatos que chegaram ao segundo turno. De um lado, o PT afirma em seu programa que é possível equilibrar as contas previdenciárias com geração de emprego e aumento da arrecadação, indicando que não vê urgência em colocar a reforma em pauta novamente. Do outro lado, Jair Bolsonaro (PSL) defende um modelo tido como inapropriado para países com alto índice de desigualdade.

Bolsonaro quer adotar um sistema de capitalização, em que cada trabalhador tem uma conta própria onde poupa apenas para sua aposentadoria. No modelo atual – de repartição –, os trabalhadores que estão na ativa financiam a aposentadoria dos idosos. “O sistema puro de capitalização não seria adequado, porque o País tem muita pobreza. Aqui, é impossível imaginar uma sociedade em que só terá renda na velhice quem superou a pobreza”, diz o economista da Fipe Paulo Tafner.

O economista Paulo Guedes, que coordena o programa econômico de Bolsonaro, não deu entrevista. O programa do partido diz que os participantes poderão escolher “entre os sistemas novo (de capitalização) e velho (repartição). Quem optar pela capitalização terá desconto nos encargos trabalhistas.”

Já o jornal O GLOBO não esconde a gravidade da situação: nos 3 próximos anos o próximo presidente terá pela frente um rombo de R\$ 319 bilhões. Apenas em 2019 as contas públicas ficarão no vermelho em R\$ 139 bilhões, sendo que a maior responsável por isso será a Previdência, cuja reforma é vista como urgente pelos especialistas.

A previsão é que as contas da Previdência registrem déficit total de R\$ 308 bilhões, dos quais R\$ 218 bilhões são do Regime Geral e o restante do Regime Próprio.